



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009301-97.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Impugnante: **Piramide Usinagem Indústria e Comercio de Peças Ltda**
 Impugnado: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao crédito quirografário da requerente Pirâmide Usinagem Indústria e Comércio de Peças Ltda, pedindo sua fixação no valor de R\$ 149.811,43, atualizado até a propositura do feito.

Esclarece que em razão da celebração do termo de confissão de dívida, houve a pactuação do pagamento em 10 parcelas, porém somente houve o pagamento da primeira parcela, havendo um saldo devedor de R\$ 79.757,00, o que foi declarado na relação de credores. Contudo, assevera que tal valor carece de atualização para integrar a relação de credores, atingindo o montante mencionado de R\$ 149.811,43.

Juntou documentos (fls. 03/31).

As recuperandas impugnaram o pedido às fls. 35/38. Inclusive asseveraram que foi considerada equivocadamente a data de propositura da demanda, bem como disseram que a multa contratual é abusiva.

Às fls. 39/41, o administrador judicial entranhou aos autos o laudo pericial contábil, pedindo a fixação do crédito no montante de R\$ 126.097,73.

Réplica às fls. 45/46.

Nova manifestação do Administrador Judicial às fl. 50.

Por fim, houve manifestação do representante do Ministério Público às fls. 54/55, que opinou favoravelmente à habilitação de crédito na forma exposta pelo administrador.

É o relatório.

Decido.

A dívida se mostra evidente, restando a celeuma sobre o seu real valor.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico, não impugnado tecnicamente, o que dispensa maiores digressões.

Isso porque o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Também correta a análise pericial sobre a cláusula penal, pois esta foi fixada dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, não se vislumbrando qualquer abusividade ou ilicitude, devendo incidir em homenagem à força negocial dos contratos e autonomia de vontades.

Ademais, como bem ponderou o representante do Ministério Público, entendimento do qual comungo, o Código Civil respalda totalmente a multa.

Sobre os honorários advocatícios, mais um vez com razão o *expert*, uma vez que não fazem parte da dívida, tratando-se de cobrança à parte, que deverá ser perseguida por meios próprios, pelo respectivo credor.

Portanto, havendo aquiescência do fiscal da ordem jurídica, e não se acolhendo qualquer argumento trazido à baila, de rigor o acolhimento do laudo pericial, declarando-se como devido o valor de R\$ 126.097,73.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido e **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito quirografário em favor de Pirâmide Usinagem Indústria e Comércio de Peças Ltda no valor de R\$ 126.097,73, tendo como devedoras Opto Eletrônica S/A e Artec Indústria e Comércio de Lentes Ltda, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

P.R.I., e cientifique-se o MP.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 17 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**